

O Impacto do PNBL no Brasil

Saulo Rodrigues Teobaldo e Isabelle Vasconcelos Torres

Resumo—Com a observância de uma série de problemas relacionados ao acesso à internet no Brasil, o Governo Federal resolveu criar em maio de 2010 o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), para que esse acesso fosse uniformizado e garantido para toda a população. Com base nisso a pesquisa em questão buscou avaliar os impactos que a criação desse plano causará na sociedade como um todo, além de avaliar como está a situação da infraestrutura de banda larga atualmente. Para que esse objetivo fosse alcançado utilizaram-se várias pesquisas de órgãos como, IBOPE e Data Folha, dados do censo realizado pelo IBGE, estatísticas de organizações internacionais que acompanham esse tipo de tecnologia, e estudos encomendados pela empresa de TI, CISCO, que foram realizados pela *International Data Corporation* (IDC). Além disso, foram utilizados estudos realizados anteriormente encontrados no banco de dados da CAPES, e no próprio PNBL que propiciaram a base para o desenvolvimento dessa pesquisa. A partir dos dados obtidos nessa série de estudos e pesquisas foi possível concluir que ocorre atualmente no Brasil, vários desequilíbrios que justificam a criação do PNBL, e que precisam ser ajustados para que o País alcance índices de crescimento iguais ou melhores que nações de mesmo porte. Com base nos objetivos do plano em questão, este provou ser uma importante ferramenta de comunicação e impulsionadora de um crescimento estável e acelerado da economia dos países.

Palavras-chave—Plano Nacional de Banda Larga – PNBL, Banda Larga, Internet.

I. INTRODUÇÃO

É NOTÁVEL que no mundo atual, existe uma crescente demanda por serviços e produtos ligados ao campo tecnológico. A partir desse crescimento, observa-se que a área de cobertura da Banda Larga, tecnologia através da qual é possível utilizar alguns desses recursos, é limitada, possuindo alto custo e não atingindo todas as camadas sociais do país.

No intuito de resolver esse problema, o Governo Federal está implantando o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), que tem como objetivo fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação, de modo a massificar o acesso a serviços de Banda Larga, acelerar o desenvolvimento econômico e social, promover a inclusão digital, reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover a geração de emprego e renda, ampliar os serviços de Governo Eletrônico (e-Gov), promover a capacitação da população para o uso das tecnologias de informação, e aumentar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileiras de acordo com o Decreto nº 7175

I.V. Torres é professora da Escola de Tecnologia da Faculdade Projeção. Contato: isabelle.torres@projecao.br.

de 2010.

Dessa forma, esse trabalho tem como objetivo buscar fatos que comprovem a necessidade da realização do PNBL, quais os benefícios esse trará para a sociedade e quais seus impactos na economia do País.

Na era atual, a informação e o conhecimento são instrumentos de trabalho e, assim, a maneira como a infraestrutura de acesso à Internet em banda larga está disposta é essencial para o desenvolvimento [1].

Ainda de acordo com o PNBL, é importante salientar que, com o crescimento da adesão e surgimento de vários novos serviços para o usuário, as aplicações proporcionadas por essa infra-estrutura trazem benefícios à vida cotidiana, por meio do fornecimento de acesso a informações e serviços de saúde, educação, comércio e entretenimento. Por sua vez, ficar continuamente conectado em alta velocidade, sem que seja necessária uma nova conexão a cada novo acesso, também traz benefícios à economia, uma vez que as empresas encontram um ambiente de comunicação favorável à expansão de seus negócios, refletindo na produtividade e competitividade das mesmas no país.

Atualmente, no Brasil, em pesquisa encomendada pelo instituto F/Nazca e realizada pelo Datafolha, mostra que metade da população tem acesso à rede por meio de lan house, na própria casa, na casa de amigos ou outros meios [2]. O Brasileiro está entre os que usam mais intensivamente a internet em casa [3], o que demonstra o potencial que a sociedade em rede tem a oferecer ao desenvolvimento de nosso país.

Observado esse potencial, o brasileiro prova ter ao fazer longos acessos, é possível notar que a Internet é uma ferramenta não só de inclusão digital, mas também de desenvolvimento econômico, obtendo ritmos elevados de crescimento e se tornando nos tempos atuais um dos maiores veículos de comunicação em massa [1].

Assim, a importância da infra-estrutura de comunicações banda larga é indiscutível. Portanto, cumpre estabelecer as diretrizes e metas a serem perseguidas, de modo que o Brasil dela se beneficie o mais rápido possível [1].

Sendo assim, este estudo será de caráter exploratório, o qual buscará como ferramenta para a devida análise, o Plano Nacional de Banda Larga elaborado pelo Ministério das Comunicações, passando por canais de notícias nacionais e agências especializadas no setor.

Foram utilizadas, para embasamento, as leis já decretadas no setor, com o intuito de universalização do serviço, para

levá-lo a maior parte do território nacional.

Por fim, buscou-se informações nos periódicos da Capes, além de pesquisas e estatísticas de institutos como IBGE, IBOPE e Data folha na elaboração desse trabalho, sendo também analisados estudos de organismos internacionais como a *Internacional Data Corporation* (IDC) e União Internacional de Telecomunicações (UIT) da ONU. A partir desses itens de estudo, montou-se um conjunto de fatores que levam ao entendimento do por que da criação do PNBL.

II. METODOLOGIAS

O estudo em questão é de caráter exploratório, e sua realização foi baseada, inicialmente, no Plano Nacional de Banda Larga, elaborado pelo Ministério das Comunicações. Além dessa fonte, foram utilizados portais de notícia do país, além de sites de agências especializadas no setor, para que por meio destes fosse possível afirmar as idéias do projeto.

Também foi utilizado o banco de dados da Capes, disponível para pesquisa na Universidade de Brasília - UnB, onde foram encontrados 30 artigos sobre o tema e desses foram escolhidos 10 artigos, por serem de importância relevante para o estudo. Ainda na Universidade de Brasília, foi encontrada uma dissertação de mestrado que abordava o tema em questão de maneira mais ampla, e que também foi utilizada para o desenvolvimento do estudo.

Além de artigos científicos, foram utilizados dados de instituições de pesquisa IBOPE e Data Folha, dados do censo realizado pelo IBGE, estatísticas de organizações internacionais que acompanham esse tipo de tecnologia, e também estudos encomendados pela empresa de TI, CISCO, que foram realizados pela *International Data Corporation* (IDC). A partir desse ponto, foram buscados dados que comprovassem a validade do plano, e para tanto foram utilizados os dados da União Internacional de Telecomunicações, pois a reunião ocorrida no ano de 2003 expôs as vantagens de uma ampla rede de conexões de banda larga em território nacional, para o uso massivo da população. Por fim, foram utilizadas as leis já decretadas no setor, que visam a “universalização” do sistema para fins de inclusão tecnológica.

A partir do acesso aos dados citados, foi feita uma compilação dos mais relevantes, gerando a revisão bibliográfica sobre o assunto proposto, com isso, foram feitas diversas conclusões sobre o tema.

III. INTERNET E A BANDA LARGA

De acordo com o Michaelis, Internet é: “Rede remota internacional de ampla área geográfica, que proporciona transferência de arquivos e dados, juntamente com funções de correio eletrônico para milhões de usuários ao redor do mundo”. Conforme essa definição, apesar de sua curta trajetória, a Internet se revela como um grande fator de comunicação à globalização. Com esse fator, as tecnologias da informação e de comunicação (TIC) passam a fazer parte do

cotidiano das pessoas em todos os lugares do planeta. Dessa maneira, a globalização, também denominada por sociedade em rede [4], é a maneira através da qual podemos encurtar as distâncias geográficas mediante maior velocidade no circuito de comunicações, tendo a Internet como principal difusor dessas informações.

Para utilizar os recursos da Internet, seus usuários precisam estar ligados à rede. Isto, nos dias atuais, é possível graças a Banda Larga, termo utilizado para designar o tráfego de dados em alta velocidade na Internet de maneira contínua e ininterrupta.

IV. INCLUSÃO DIGITAL

Uma maneira simples para caracterizar a Inclusão Digital é seguir a linha de raciocínio contrário, ou seja, caracterizar a exclusão digital. O termo refere-se ao não acesso de um cidadão às modernas ferramentas da telecomunicação, focalizando de forma mais exclusiva a Internet, já que este meio tem capturado o imaginário coletivo (WILHELM, 2002 citado por [5]). Segundo o mesmo autor todos os cidadãos devem ter acesso às informações essenciais e às modernas ferramentas da comunicação, como também possam usá-las a fim de obter maior participação na sociedade. Esse conceito reforça a necessidade da Informação poder ser passada a todas as pessoas, independente da camada da sociedade em que se encontra o indivíduo.

Segundo [4], é indispensável saber quem teve acesso primeiro, e a quê, porque, ao contrário da televisão, os consumidores da Internet também são produtores, pois fornecem conteúdo à rede e dão forma à teia. Assim, com essa tão desigual chegada ao mundo da Internet, esta pode gerar consequências duradouras no futuro padrão da comunicação e da cultura mundial [5].

A exclusão digital pode ser vista como uma exclusão econômica e social, pois as pessoas com baixo poder aquisitivo no Brasil, na maioria das vezes, não têm acesso às Tecnologias da Informação e à Internet. Isso pode ser notado, tendo em vista que, segundo a Cisco (2010) companhia multinacional que oferece soluções para redes e comunicações, o Brasil tem hoje menos de 20 milhões de conexões banda larga FIXA e a distribuição da rede no país é desigual, tendo ainda, conforme o estudo, índices de crescimento menores que países vizinhos.

Portanto, segundo [5], a Internet é uma ferramenta de duplo caminho do conhecimento e da comunicação, e este tipo de ferramenta deve estar disponível a todos os cidadãos, ou seja, incluir digitalmente é facilitar o acesso dos excluídos às novas maneiras de expressar sua cultura e expor os seus conhecimentos.

V. O PLANO NACIONAL DE BANDA LARGA – PNBL

Para compreendermos o PNBL é necessário voltar um pouco mais de uma década, mais especificamente na Exposição de Motivos (EM) da Lei Geral de

Telecomunicações (LGT), em 1996, que se referia à universalização dos serviços de telecomunicações. Essa EM encaminhava ao Congresso Nacional o projeto de Lei que iria reger o setor e nela estavam dispostas algumas visões. Segundo o texto, tais reformas podiam ser sintetizadas em duas grandes dimensões: “a introdução da competição na exploração dos serviços e a universalização do acesso aos servidores básicos” EM, (Ministério das Comunicações, [6]). Mais adiante será abordada a idéia da universalização do acesso, que contempla duas situações genéricas:

(a) Serviços de telecomunicações individuais, com níveis de qualidade aceitáveis, devem ser fornecidos a tarifas comercialmente razoáveis, dentro de um prazo razoável, a qualquer pessoa ou organização que os requisitar;

(b) Outras formas de acesso a serviços de telecomunicações devem ser fornecidas, em localizações geográficas convenientes, a tarifas acessíveis, àquelas pessoas que não tiverem condições econômicas de pagar tarifas comercialmente razoáveis por serviços individuais.

Ainda segundo a EM, (Ministério Das Comunicações 1996, [6]), em outro momento, metas adicionais poderiam ser estabelecidas como, por exemplo, a disponibilização a todas as escolas e bibliotecas públicas, de acessos à Internet, e o acesso, a redes de faixa larga, de hospitais públicos e centros de saúde de maneira a tornar disponível, nessas instituições, as facilidades proporcionadas pela moderna tecnologia de comunicações.

Segundo o Ministério das Comunicações, a LGT, dessa maneira, incorpora o conceito de universalização dos serviços, iniciando por estabelecer que os serviços prestados no regime público devem comportar obrigações de universalização.

Para implementar a idéia de universalização de telecomunicação, o Governo, no segundo semestre de 2009, após reuniões entre o então presidente Luis Inácio Lula da Silva e seus ministros, definiram a constituição de um grupo de trabalho para a construção de um plano nacional de banda larga, seguindo diversos países - Estados Unidos, Austrália, Canadá, Coréia do Sul, Japão, Membros das Comunidades Européia, que também estão, em processo de construção de seus planos para massificação da banda larga. Tais planos, inclusive, foram parte em muitos casos, dos pacotes econômicos para superação da crise econômica mundial.

A elaboração de tal plano vai ao encontro com estudos feitos pela União Internacional de Telecomunicações (UIT; em inglês, ITU), que já em 2003 apontava a importância da infraestrutura de acesso à Internet em banda larga, reconhecida por muitos países como “infra-estrutura crucial para que se consiga atingir as metas sociais, econômicas e científicas” (UIT, 2003). Numa época em que o conhecimento é considerado um ativo indispensável para o desenvolvimento das nações, a banda larga – ou, mais precisamente, o acesso à Internet em alta velocidade – é vista como a infra-estrutura característica dessa “economia do conhecimento” [1]. O que torna a banda larga tão atraente e promissora não é um fator único, dentre os benefícios da expansão dessa infra-estrutura, ainda segundo

[7], podem ser divididos, grosso modo, em três categorias:

(a) Benefícios para os usuários - Por ser mais veloz e permitir um acesso contínuo quando comparada com o acesso discado à Internet, a banda larga facilita a comunicação, a torna mais rápida, permite a troca de conteúdo mais rico, em multimídia, bem como a partilha de uma conexão com vários usuários simultaneamente.

(b) Benefícios para a economia - A banda larga estimula a inovação, o crescimento econômico e a atração de investimentos estrangeiros.

(c) Retorno de investimento - Pela perspectiva de novos serviços e aplicações, ela atrai usuários, ajudando a recuperar os custos de implantação da infra-estrutura.

Então, em maio de 2010, o Plano Brasileiro foi lançado, após a aprovação do decreto nº 7.175, de 12/05/2010 pelo presidente da república. Das ações a serem contempladas no plano, a que chamou mais a atenção foi à reativação da Telebrás para construção de uma rede pública de transmissão de dados em alta velocidade. O Plano em si também terá medidas regulatórias.

A idéia do Plano, conforme anunciando é massificar o acesso à Internet em banda larga no Brasil para os cidadãos, instituições do governo, entidade da sociedade civil e empresas, de modo a promover oportunidades, desconcentrar renda e incorporar os cidadãos hoje excluídos desse serviço de acordo com o Decreto nº 7175, 2010.

Na IV Conferência ACORN-REDECOM ocorrida no mesmo mês do lançamento do plano, maio de 2010, [8] enfatiza que o Plano Nacional de Banda Larga, tal como preconizado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tem compromisso estrutural com aquela classe de trabalhadores que, à margem das grandes cidades, ou nas pequenas cidades e localidades do interior do país, não têm acesso aos recursos das tecnologias de informação e comunicação sintetizadas na Internet. O autor complementa que os recursos fundamentais ao exercício dos seus direitos de cidadania, por estar a Internet se tornando, até mais do que o rádio e a televisão, a fonte principal de informação, cultura e educação das pessoas de todas as classes sociais e de todas as idades.

Então, com o Decreto, o Plano Nacional de Banda Larga foi orientado pelas seguintes premissas principais: a) utilização de redes de alta capacidade e alta velocidade, controladas pelas empresas estatais de energia: Petrobrás, Furnas e Eletronorte; utilização de rede de alta capacidade e alta velocidade da falimentar empresa Eletronet, originalmente uma *joint-venture* entre a estatal de energia Eletrobrás e a empresa privada de energia, AES, de capital espanhol; b) agrupamento dessas redes na empresa estatal Telebrás, cujo processo de extinção seria interrompido; c) utilização da nova empresa estatal como instrumento regulador do mercado de fornecimento de meios físicos a provedores de acesso à internet, que poderiam ser privados ou coligados à nova estatal; d) estabelecimento de uma faixa de preço mensal – entre R\$ 15,00 e R\$ 35,00 - capaz de levar a internet dos atuais 14 milhões de domicílios

(conexões fixas), a um preço médio mensal de R\$ 96,00, para até 1 MB médio contratado, para cerca de 39 milhões de domicílios, no caso de preço mensal de R\$ 15,00, ou 25 milhões de domicílios, no caso de preço mensal de R\$ 35,00, ambos para até 1 MB médio contratado; e) utilização de mecanismos regulatórios, a cargo da Anatel, para ampliar a competição entre os agentes privados, sempre no propósito de diminuição dos preços oferecidos aos consumidores de menor poder aquisitivo.

Ainda segundo [8], políticas públicas não são atos voluntários de vontade de governos ou parlamentos, ou de movimentos sociais, ou ainda de agrupamentos empresariais com interesses em questões públicas; são processos socioculturais e político-econômicos influenciados por conflitos, de contradições, de disputa por espaços de poder na produção, dispersão e consumo de recursos, na melhor tradição da economia política crítica. Portanto, para que se possa disponibilizar o acesso às modernas ferramentas tecnológicas, é preciso à execução do plano, visto que este traz benefícios à população e à economia, conforme apresentado por recentes estudos. Nesse sentido, [9] no Fórum Ibero-Americano para Desenvolvimento da Banda Larga realizado em 2010 diagnosticou que a implantação da banda larga em grande volume traz reflexos positivos para a economia e para a população, devendo esta ser desenvolvida e melhor distribuída pelos países em prol de sua população.

VI. O POTENCIAL DO BRASILEIRO NO USO DESSA INFRAESTRUTURA NO PAÍS

A E-bit é referência no fornecimento de informações sobre e-commerce nacional, a mesma apontava já em 2007, que com o crescimento do setor de telecomunicações em especial a banda larga surgem vários novos tipos de serviços para os usuários, contribuindo para a popularização da Internet no Brasil como mídia de comunicação, informação e entretenimento [10].

Devido ao fato de que, a cada dia, mais pessoas usam a Internet como meio de se obter conhecimento e informação o PNBL sugere que a ampla rede trará benefícios à economia, uma vez que as empresas encontram um ambiente de comunicação favorável a expansão de seus negócios refletindo na produtividade e competitividade delas no mercado.

É possível ver o impacto da Internet na economia em recente pesquisa desenvolvida pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio) em parceria com a empresa e-bit, onde foi apurado que o Comércio eletrônico brasileiro faturou R\$ 7,8 bilhões ao final do 1º semestre de 2010, superando as vendas de *shoppings centers* da Grande São Paulo [11].

Portanto, devido a esses benefícios por meio das informações a serem compartilhadas e possibilidades de mercado para as empresas, é possível notar o tamanho do crescimento da Internet nos dias atuais. No Brasil, o índice de penetração domiciliar da banda larga é menor, se comparado a países em situação semelhante ao Brasil, conforme mostrado

anteriormente na Figura 2. Contudo é importante salientar que, segundo pesquisa encomendada pelo instituto F/Nazca, há mais de 81 milhões de internautas, que acessam a rede por *lan house*, na própria casa, na casa de amigos ou outros meios [2]. O Internauta brasileiro chegou a navegar por 44 horas e 59 minutos, ao incluir aplicativos, tempo chegou há 69 horas e 55 minutos por pessoa [3]. Tais levantamentos demonstram o potencial que a sociedade brasileira tem em rede, podendo oferecer desenvolvimento ao nosso país.

VII. CRESCIMENTO DA BANDA LARGA NO PAÍS – 2010 E 2011

O acesso a Banda Larga no Brasil, de acordo com estudo elaborado pela IDC Brasil junto com a CISCO em 2010, mostrava que o Brasil chegou ao fim do primeiro semestre de 2010 a um total de 12.296.369 milhões de conexões de banda larga fixa, portanto um crescimento de 8,07% em relação ao segundo semestre de 2009, onde o total de conexões era de 11.489.000 milhões.

A época do estudo da IDC/Brasil foi estipulado que, como meta para o país em 2010, esse número deveria estar em torno de 15 milhões de acessos. Entretanto, a Associação Brasileira de Telecomunicações - Telebrasil em 2011 registrou que a quantidade de assinantes de banda larga por meio da telefonia móvel (modems de conexão à internet e terminais de terceira geração 3G), em março de 2010, era de 13.700.000 milhões de assinantes. Portanto, somando os acessos móveis aos acessos fixos, o Brasil possuía 25.900.000 conexões de banda larga, ou seja, o país já havia alcançado a meta da IDC/ Brasil para 2010.

De acordo com recente levantamento realizado pela Telebrasil em 2011, os pontos de acessos de banda larga fixa e móvel das prestadoras de serviços de telecomunicações avançou 51,5% em relação ao final de março de 2010. Com isso, de acordo com dados consolidados pela organização 4G Américas, no final de 2010, já se posicionava como o país latino-americano com maior crescimento na banda larga móvel e liderava esse serviço na região, seguido pela Argentina, México e Colômbia.

Os acessos em banda larga fixa (Serviços de Comunicação Multimídia), no Brasil, abaixo de 1Mbps estão caindo e conexões acima desse valor já despontam com crescimentos mais rápidos representando em 2011, 20 por cento dos acessos (Telebrasil em 2011), isso vem ocorrendo por meio da aplicação do PNBL, por meio de sua gestora Telebrás que vem de maneira positiva atingindo as diversas camadas do setor de telecomunicações no Brasil, trazendo velocidades de conexões mais altas, por preços mais acessíveis.

VIII. INFLUÊNCIA NA ECONOMIA

Segundo o PNBL tais efeitos levantados na sua criação podem ser frequentemente verificados pela experiência cotidiana, também é fato que o impacto econômico da banda larga tem sido objeto de estudos e análises mais rigorosas. É verdade que se trata de uma infraestrutura bastante recente e

em contínua evolução, não havendo, portanto, estudos definitivos sobre o assunto. Porém o esforço de estimativa é válido e necessário e tem trazido perspectivas sobre o tema.

Em 2001, por exemplo, um estudo da consultoria *Criterion Economics* para a operadora norte americana Verizon estimou que a ampla adoção da banda larga, não apenas diretamente, mas também agindo nos hábitos de compras, transporte, saúde e entretenimento das famílias, poderia causar um impacto positivo na economia norte-americana de US\$ 400 bilhões ou mais por ano [12]. Outro estudo, de 2002, patrocinado pelo *New Millennium Research Council* (NMRC), estimou que a construção e o uso de uma infraestrutura de banda larga nos EUA gerariam mais de um milhão de empregos [13].

Mais recentemente, um estudo americano do *The Economic Impact of Broadband Deployment* [14], verificou que, entre 1998 e 2002, comunidades norte-americanas em que acessos banda larga eram disponíveis em massa desde 1999 exibiram um crescimento mais rápido nos níveis de emprego e de negócios, em particular em setores intensivos em tecnologia da informação quando comparadas com outras comunidades sem banda larga à época.

Para se poder chegar numa conclusão ainda mais compatível com a do Brasil, um recente estudo do consultor mexicano Ernesto Flores-Roux, no Fórum Ibero-Americano para Desenvolvimento da Banda Larga publicado pelo Banco Mundial em 2009, mostrou que para cada 10% de banda larga implantada por países em desenvolvimento, implicaria em um aumento de 1,4% no PIB. O levantamento faz referência a outros elementos que o impacto da banda larga surtiu: “Estima-se que mais de um milhão de novos empregos já foram criados na América Latina devido às implantações” [9].

Sendo assim, tais estudos confirmam a necessidade do plano, para que o mesmo implique na economia, gerando benefícios para o país, para as empresas e para os cidadãos, gerando investimento, crescimento e emprego.

IX. CONCLUSÃO

O estudo compilou idéias que comprovassem a necessidade de implantação do plano, ressaltando a importância de sua execução, utilizando para isso estudos anteriores já citados. Com os dados dessas pesquisas, pode ser feita uma caracterização da situação atual da rede de distribuição do acesso à Banda Larga no País. Foi observado que as regiões mais pobres do País têm um acesso limitado à internet, enquanto nas camadas mais ricas da população este acesso é facilitado devido aos altos custos de acesso a esta.

As regiões Norte e Nordeste apresentam as menores porcentagens de conexões à banda larga, enquanto somente o estado de São Paulo possui uma alta porcentagem de pessoas com acesso à banda larga, evidenciando a disparidade desse acesso no País.

Além desses fatores, há também o fato de que para a camada da população que tem o acesso a internet há uma grande diferença na qualidade deste, sendo melhor quanto

mais caro se paga por ela, ou seja, para se ter uma internet de maior qualidade é preciso pagar mais por um serviço já com custo elevado.

Dessa forma pode-se encarar o PNBL como uma ferramenta de inclusão social também, uma vez que a camada menos favorecida da população poderá ter acesso a informações e mecanismos de conhecimento, até então disponibilizados somente para a camada mais rica da população.

Isso porque a implantação do plano incentivará a competitividade entre empresas que disponibilizam o acesso a banda larga, o que conseqüentemente acarretará em diminuição dos valores de acesso a esta e também a presença dessa infraestrutura em todas as regiões do País.

Essa necessidade de ampliação do acesso à internet não é uma questão atual, desde a criação da Exposição de Motivos (EM) da Lei Geral de Telecomunicações (LGT), em 1996, já era abordada a idéia de universalização desse acesso, ressaltando novamente a importância de um programa que garanta isso, baseado no exemplo de outros países, como por exemplo, Estados Unidos, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Japão, Membros das Comunidades Européia, que utilizaram planos com objetivos parecidos, os quais serviram para que os países mencionados superassem crises em suas economias.

Esse aspecto de desenvolvimento econômico também é focado no PNBL, o governo brasileiro já entendeu que para um desenvolvimento, tanto econômico quanto social da Nação, é necessário que informações e conhecimento cheguem a todas as camadas da população sem exceção. E uma vez que com acesso a banda larga, a troca dessas informações e conhecimentos é feita de forma rápida e eficaz se comparado ao acesso com internet discada.

Com a implantação do plano, e o acesso a banda larga realmente chegando às camadas mais pobres, o Brasil dará um grande passo em seu desenvolvimento econômico-social, pois, essa parte da população que vive à margem das grandes cidades terá acesso não só à informação, mas terá a oportunidade de aprender, desenvolver seu senso crítico, ter acesso à cultura de seu país dentre uma série de fatores que permitirão que esse cidadão tenha mais oportunidades de se incluir na sociedade.

Implantando esse projeto em escolas desde os níveis básicos da educação, garantirá que as crianças de todas as classes sociais tenham um acesso mais igualitário ao conhecimento, e que essas já cresçam em um País menos desigual nesse sentido.

Não somente o desenvolvimento social do Brasil será favorecido com a implantação desse plano, mas também a nível econômico, pois grandes empresas da área verão no País um mercado promissor para seus negócios, uma vez que o povo brasileiro fica conectado à internet cerca de 69 horas e 55 minutos por pessoa (IBOPE, 2009). Esse atrativo não será somente para empresas da área, mas também para aquelas que trabalham com vendas através da internet, com mais pessoas tendo acesso mais gente estará comprando seus produtos, gerando assim uma grande movimentação da economia

brasileira.

Esses impactos na economia não são apenas pontuais em cada empresa, mas também irá gerar um incremento no PIB nacional, como foi comprovado pelos levantamentos de órgão financeiros.

Do ano de 2009 para cá o acesso à banda larga no País vem crescendo substancialmente, já mostrando os efeitos da implantação do plano. O governo pretende elevar ainda mais o número de pessoas com acesso a banda larga até o ano de 2014, data final da implantação do PNBL, com isso estudos posteriores devem ser feitos para avaliar se todos os objetivos do plano foram realmente alcançados.

Isabelle Vasconcelos Torres servidora pública federal (Analista Técnico-Administrativo) do Ministério dos Transportes, possui mestrado em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (2009) e graduação em Tecnologia Em Telemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (2003). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Tecnologia de Informação nas Organizações.

REFERÊNCIAS

- [1] PNBL. Plano nacional de Banda Larga. 2010.
- [2] F/NAZCA E DATAFOLHA. Brasil tem 81,3 milhões de internautas em ação. Disp. em: <http://www.fnazca.com.br/index.php/2010/11/29/brasil-tem-813-milhoes-de-internautas-em-acao/> . Último acesso em 04 de Março de 2011.
- [3] IBOPE, Tempo de navegação do brasileiro alcança mais uma marca in. Dispibope.com.br/calandraWeb/servlet/Redirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&nome=home_materia&db=cald&docid=0C603C3C20140371832575F3004B038C Último acesso em 07 de Abril de 2011.
- [4] CASTELLS, Manoel. A Sociedade em Rede – São Paulo, SP: Paz e Terra, 6ª edição, 2002.
- [5] SANTOS, Adroaldo Quintela. Inclusão Digital e desenvolvimento local no Brasil – Brasília, DF, Brasil. Julho, 2003. Artigo publicado em: VIII Congreso Internacional Del CLAD sobre La Reforma Del Estado y de La Administración Pública, Panamá, 28-31 Oct. 2003.
- [6] MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Exposição de Motivos LGT, nº 231, de 10 de Dezembro de 1996. Faixa Adicional - A internet no Brasil. disponível em: <http://www.gesac.gov.br/noticias/661-faixa-adicional> Último acesso em 09 de Maio de 2011.
- [7] UIT. Background paper to ITU New Initiatives Workshop on Promoting Broadband. Genebra. Abril, 2003.
- [8] RAMOS, Murilo Cesar. Anais da Conferencia ACORN-REDECOM, IV, 14 a 15 de Maio de 2010. Brasília: Crítica a um Plano Nacional de Banda Larga: uma perspectiva da economia política das políticas públicas. Distrito Federal, 2010.
- [9] FONSECA, João Carlos. Telebrasil em atuação no Fórum Ibero-Americano para Desenvolvimento da Banda Larga, disponível em: http://www.telebrasil.org.br/artigos/outros_artigos.asp?m=991 Último acesso em 17 de Abril de 2011.
- [10] E-BIT Empresa, A internet como ferramenta competitiva. Disponível em: http://www.ebitempresa.com.br/sala_imprensa/html/clip.asp?cod_noticia=1773&pi=1 Último acesso em 17 de Maio de 2011.
- [11] E-BIT Empresa, Comércio eletrônico brasileiro chega a R\$ 7,8 bilhões até julho e supera vendas de shoppings centers da Grande São Paulo. Disponível em: <http://www.ebitempresa.com.br/indices-e-bit-2010.asp> Último acesso em 17 de Maio de 2011
- [12] CRANDALL, R.W. E JACKSON, C.L. The \$500 Billion Opportunity: The Potential Economic Benefit of Widespread Diffusion of Broadband Internet Access. 2001. Disponível em: http://www.att.com/public_affairs/broadband_policy/BrookingsStudy.pdf Último acesso em 15 de Abril de 2011.
- [13] POCSIASK, S. BUILDING a Nationwide Broadband Network: Speeding Job Growth. 2002, disponível em <http://www.newmillenniumresearch.org/event-02-25-2002/jobspaper.pdf> Último acesso em 15 de Abril de 2011.
- [14] GILLET, S. et al. Measuring the Economic Impact of Broadband Deployment. Disponível em <http://www.eda.gov/PDF/MITCMUBBImpactReport.pdf> Último acesso em de Abril de 2011.

Saulo Rodrigues Graduando em Sistemas de Informação pela Escola de Tecnologia da Faculdade Projeção.